



**alandroal**   
Câmara Municipal

Município de Alandroal

# RELATÓRIO DE GESTÃO PARA O ANO DE 2015

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large blue '2' and a signature.

# MUNICÍPIO DE ALANDROAL

## RELATÓRIO E CONTAS 2015

## INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (DPC)** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2015.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001 -Instruções 01/2001, alterada pela Resolução 26/2013, de 21 de novembro e pela Resolução 44/2015, de 25 de novembro.

Assim, e de acordo com o conteúdo da Resolução 44/2015 do TC, para além dos documentos constantes nas instruções aplicáveis, as entidades devem comutativamente:

Incluir o mapa síntese dos bens inventariados;

Incluir uma declaração de responsabilidade conforme modelo anexo à referida Resolução.

Conforme referido no Relatório do ano de 2014 o município do Alandroal encontra-se abrangido pelo n.º 3 do artigo 58º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, pelo que a execução e controlo do orçamento e da conta de 2015 se centrou, prioritariamente, quer na elaboração do Plano de Ajustamento Municipal a apresentar ao FAM, quer no controlo dos objetivos e metas definidas neste instrumento de saneamento financeiro.

Uma das medidas centrais do PAM consistiu em internalizar parcialmente no empréstimo FAM e reestruturar a parte restante do empréstimo de saneamento financeiro, em dívida ao BPI, face ao incumprimento ocorrido na sua amortização, reestruturando esta dívida para um prazo de 20 anos.

Na sequência da aprovação pelos órgãos autárquicos do PAM e do desajustamento do anterior processo de saneamento financeiro, consideramos que este último se encontra prejudicado e mesmo ineficaz, pelo que não se justifica proceder à elaboração de relatórios sobre o seu não cumprimento, quando o mesmo deve passar a estar integrado no PAM.

**Importa, pois, antes de mais, relatar o essencial do processo do FAM.**

Após a publicação da Lei 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal regulamentando o FAM, o município iniciou a preparação do Plano de Ajustamento Municipal do Alandroal (PAMA), tendo formalizado a sua apresentação à Comissão Executiva do FAM em abril de 2015.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

A proposta do PAMA foi objeto de parecer da DGAL; em 26 junho de 2015, ressaltando nesse parecer o último dos pontos da conclusão:

*“De acordo com o PAM, o município apresenta um défice orçamental no triénio 2015-2017. Nestes anos, o saldo global previsível não será suficiente para cobrir o total das amortizações esperadas. Nos anos subsequentes, tal já não se verifica, pese embora o facto do saldo global ser absorvido, quase na sua totalidade, pelas amortizações estimadas.”*

Na sequência deste parecer a versão entregue em abril foi revista e reduzida obtendo, em 10 de julho de 2015 parecer favorável do FAM, com a apresentação do Relatório de Avaliação, sendo posteriormente submetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal que o aprovou em 25 /09 /2015.

O contrato tinha os seguintes pressupostos:

1. Determinação da dívida total em 31-12-2014 no montante de:

	2014	
	Registada a 31/12	Renegociada (*)
<b>DÍVIDA TOTAL (1=2+11)</b>	<b>21 713 799</b>	<b>21 508 695</b>
Dívida Total / Média da RC	325%	322%

2. Montante de empréstimo solicitado ao FAM no montante de 8.760.000 €, a que correspondeu o montante de assistência financeira aprovado pelo de 8.575.744 €
3. O valor da assistência financeira destinava-se a financiar a seguinte dívida:

Dívida a Financiar pelo FAM	Apoio FAM
Saneamento Financeiro _ Empréstimo BPI - Prestações em Atraso	2 016 468,00 €
Empréstimo Curto Prazo - Novo Banco _ Valor em incumprimento	170 000,00 €
Dívida não Financeira com Acordo no valor de 7.335.898 €	6 389 276,00 €
Empréstimo Curto Prazo - CGD _ Valor em incumprimento	
<b>Total</b>	<b>8 575 744,00 €</b>

4. Reestruturação da dívida de MLP contratada com o BPI com a definição de novo prazo de vencimento a 20 anos no montante de 8.145.332,00 €

Empréstimos BPI	Prazo 20 anos
Empréstimo de Saneamento Financeiro _ Anos em falta 9	7 616 032,00 €
Empréstimo Investimento _ Anos em falta 10	529 300,00 €
<b>Total</b>	<b>8 145 332,00 €</b>

5. Empréstimo de curto prazo \_CGD \_ renegociado com vencimento a 10 anos no montante de 400.000 €

Completado o processo o mesmo não teve contudo seguimento para visto do Tribunal de Contas já que o FAM se viu impossibilitado de validar a garantia bancária prevista no artigo 44º da Lei 53/2014, dado que o Governo não dotou o orçamento do Fundo de modo a que este comprometesse a referida garantia.

Face a esta situação o município reestruturou o PAMA, já em 2016, encontrando-se o mesmo em fase de nova apreciação pelo FAM, ficando o mesmo sujeito ao seguinte:

1. Substituir os valores da previsão de 2015 pelos valores executados no exercício (situação confirmada pela prestação da conta contida no presente relatório);
2. Atualizar os montantes previsionais da receita em função das propostas contidas no Orçamento de Estado de 2016, em função dos valores conhecidos para o PIE e da manutenção do IMT, face à eliminação da norma estabelecida nos nº 1 e 2 do artigo 81º da Lei 73/2013 (quadro não relevante no atual relatório da prestação de contas);
3. Manter a metodologia, medidas e orçamentos previsionais da versão anterior (elemento a considerar ao nível de execução do orçamento de 2015);
4. Manter o montante de assistência financeira anteriormente aprovado acrescido dos valores do empréstimo de saneamento financeiro e do empréstimo de curto prazo CGD (quadro não relevante para efeitos da conta de 2015);
5. Demonstrar que no ano de 2015, o PAMA apesar de não eficaz em termos formais por falta de submissão a visto e da não concretização do apoio financeiro do FAM foi cumprido por parte do município quanto aos pressupostos, medidas e objetivos contidos para o ano de 2015, nomeadamente quanto ao montante de redução da dívida conforme evidenciado no quadro seguinte:

	2014		2015	2015
	Registada a 31/12	Renegociada (*)	Prevista a 31/12	Realizada a 31/12
<b>DÍVIDA TOTAL (1=2+11)</b>	<b>21 713 799</b>	<b>21 508 695</b>	<b>20 898 175</b>	<b>20 474 735</b>
<b>Dívida do Município (2=3+4+...+10)</b>	<b>21 713 799</b>	<b>21 508 695</b>	<b>20 898 175</b>	<b>20 474 735</b>
Dívida a fornecedores				
Dívida a fornecedores curto prazo	7 342 391	7 167 531	3 514 500	2 676 887
Dívida a fornecedores ML prazo **			1 975 360	3 890 000
Dívida Bancária				
Curto prazo				
Médio e longo prazo	12 668 901	12 668 901 €	13 809 124	12 364 294
Dívidas ao Estado	810 232	810 232	929 943	963 639
Dívida a outras entidades	892 274	862 030	669 247	579 914
Serviço da dívida (juros + amortizações)	617 333		3 148 576	829 626
Rácio da Dívida Total				
Passivos contingentes do Município	0			
Passivos contingentes das Entidades Participadas				
Serviço da dívida/Receita efetiva	<b>7,2%</b>		<b>32,4%</b>	9,4%
Saldo Primário / Serviço da Dívida	-13,9%		-13,9%	58,9%
Serviço da Dívida / Despesas Totais	23,6%		23,6%	9,1%
Dívida não Bancária / Dívida Total	33,9%	41,1%	32,7%	39,6%
Dívida não Bancária / Receita Total	38,3%	102,8%	35,6%	47,8%
Média da receita corrente (n-3)+(n-2)+(n-1)	7 404 701	6 673 189	7 404 701	7 433 470
<b>Dívida Total / Média da RC</b>	<b>282,2%</b>	<b>322,3%</b>	<b>277,3%</b>	<b>275,4%</b>

O quadro acima evidencia que o município cumpriu e ultrapassou os objetivos de redução da dívida, do montante de receita corrente e de redução do rácio de dívida total sobre a média da receita corrente.

De facto, para além da importância vital da assistência financeira (recursos alheios), que permitirá reestruturar a dívida, importa centrar ao longo do processo qual a capacidade do município reduzir a dívida, o que apenas pode acontecer por afetação de recursos próprios à mesma.

Ora, conforme já referido o município do Alandroal, atingiu e ultrapassou este objetivo reduzindo a sua dívida 1.239.064 €, apesar desta passar a incluir na totalidade o valor de subscrição do FAM a que todos os municípios se encontram vinculados.

O ano de 2015 fica assim, marcado pela elaboração do FAM, processo que, antes de mais, exigiu o contacto e o estabelecimento de acordos com cerca de uma centena de credores.

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um grau de concretização dos objetivos definidos para o mandato, cumprindo-se assim, de forma sustentada os objetivos e prioridades aprovados.

Nas notas ao balanço e à demonstração de resultados serão esclarecidos os procedimentos, métodos de valorização, níveis de receita e despesa orçamental, bem como, dos resultados e demais elementos de natureza patrimonial que integram a presente conta.

Nas notas à execução orçamental serão relatados os procedimentos, registados na receita e, particularmente os procedimentos adotados na despesa, incluindo os que implicaram a passagem de compromissos do exercício para compromissos futuros face aos acordos estabelecidos no PAM.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara, vítimas também das negativas políticas governamentais, porque sem a sua colaboração era de todo impossível desenvolver a atividade municipal e corresponder aos anseios da população.

A Presidente da Câmara,

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

# 1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Município de Alandroal – Anexo ao relatório

## 1.2 - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável)

- ✓ O executivo que exerceu funções de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2015 era composto por:

Presidente

- ✓ Mariana Rosa Gomes Chilra

Vereadores

- ✓ Daniel António Nobre Padilha
- ✓ Inácio Joaquim Rosado Germano
- ✓ Manuel José Veladas Ramalho
- ✓ João José Martins Nabais

- ✓ No novo executivo a presidente e os vereadores Daniel António Nobre Padilha e Inácio Joaquim Rosado Germano exercem funções em regime de permanência.
- ✓ Não tiveram pelouros atribuídos os vereadores Manuel José Veladas Ramalho e João José Martins Nabais.
- ✓ O município não dispõe de serviços municipalizados.
- ✓ Não detém participação em empresas do Setor Local.
- ✓ Através do processo de reestruturação do SEE na área da água e da integração das da Empresa Pública Águas do Centro Alentejo nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo o município manteve o montante da sua participação, cujo montante ascende a 150.625,00, baixando a sua participação para menos de 1%.
- ✓ O município detém igualmente uma participação de 22.050,00 na EDC, Empresa Gestora da Deposição Comum de Mármore SA. Pelo facto da empresa apresentar sucessivamente resultados negativos, entrou em incumprimento do artigo 62º da Lei 50/2012, situação que obriga o município a alienar a sua participação na mesma.
- ✓ O município é Associado da ANMP, da CIMAC e Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

## 1.3 - Estrutura organizacional efetiva.

- ✓ A Estrutura e Organização dos Serviços da Câmara Municipal do Alandroal foi aprovada nos termos do Decreto-Lei 305/2009 de 23 Outubro a 28 de Dezembro de 2012, sendo publicada no Diário da Republica 2ª série nº 151 de 08 de Agosto de 2011.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### 1.4 - Recursos humanos

- ✓ O mapa de pessoal, elaborado nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20 de Junho, foi aprovado pela Camara Municipal de 31 de Outubro de 2014 e pela assembleia municipal a 27/11/2014, dos lugares constantes do mapa de pessoal encontravam-se preenchidos com pessoal em funções o número de efetivos discriminado no mapa abaixo:

Pessoal	Cargo Político		CTFP TI		CTFP TD		Comissão de Serviço		Total	
	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15
Dirigente intermédio de 2.º grau										
Técnico Superior			26	26					26	26
Assistente Técnico			32	27	0	0			32	27
Assistente Operacional			88	87		0			88	87
Informático			6	6					6	6
Cargo Político										
Outros			1	1					1	1
Soma			153	147					153	147
Redução				6					0	6
Redução pelo artº63º da LOE 2015										

Com uma redução de 6 trabalhadores o município excedeu a redução obrigatória de acordo artigo 63º da LOE 2015.

#### 1.5 - Norma de Controle Interno

A NCI em vigor foi aprovada em 16/04/2006, encontrando-se desajustada quer da atual estrutura, quer das alterações decorrentes de atos legislativos, pelo que o município irá proceder à sua atualização em 2016.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'P' at the top and several other illegible marks.

## 1.6 - Organização contabilística

- ✓ Aplicação do POCAL – regime completo.
- ✓ Software – POCAL, Património, Pessoal, Gestão de Stocks, Obras Administração Direta, Controle de Empreitadas – MEDIDATA
- ✓ Não existe descentralização contabilística.
- ✓ Foi aplicado parcialmente o princípio de especialização do exercício, procedendo-se ao corte nas operações patrimoniais. A não aplicação plena deste princípio deve-se ao facto de existirem no balanço investimentos em situação de obras em curso, quando de facto as mesmas se encontram concluídas, não se encontrando assim efetivada a sua amortização e, quando aplicável, a especialização de financiamentos comunitários ou nacionais a especializar por corte na conta 27.4.5#. Trata-se de um processo que permaneceu por aplicar até ao final do exercício de 2014, iniciando-se, pois, apenas em 2015 a sua correção. Em termos de valores o imobilizado em curso apresentava um valor de 27,9 milhões de euros, dos quais foram regularizados para imobilizado firme 3,7 milhões de € (13,1%) no exercício de 2015, prevendo-se que a regularização restante ocorra no exercício de 2016. Por outro lado o montante total registado na conta 27.4# ascende a 9,378 milhões de euros, encontrando-se relacionados com os respetivos bens apenas 3,231 milhões de euros (34,5%), facto que afeta parcialmente o apuramento decorrente do princípio da especialização do exercício. A necessidade de visitar processos antigos condicionou o objetivo de concluir o processo de plena correção desta afetação, o que apenas ocorrerá em 2016.

### Outros elementos da Conta

- ✓ Foi efetuada a reconciliação bancária relativa a todos os movimentos efetuados nas contas 12.
  - a) Cheques em trânsito 47.931,66€
    - Deste valor encontram-se por movimentar na conta da CGD:
      - 4 cheques emitidos em 2011, no montante de 151,06€
      - 6 cheques emitidos em 2012, no montante de 435,01€
      - 10 cheques emitidos em 2013, no montante de 226,12€
      - 14 cheques emitidos em 2014, no montante de 1 376,59€
      - 4 cheques emitidos no 1º semestre de 2015, no montante de 887,68€
    - Deste valor encontram-se por movimentar na conta da CCAM:
      - 26 cheques emitidos em 2013 no montante de 922,02€
      - 23 cheques emitidos em 2014 no montante de 934,28€
      - 6 cheques emitidos no 1º semestre de 2015, no montante de 353,89€

Dada a antiguidade destes cheques o executivo deliberou que se proceda à sua anulação, através de reposição não abatida aos pagamentos.

- b) Juros 33,65 (credores) e 2.365,75€ (devedores)
  - c) Movimentos bancários de 246,21€ cuja proveniência se encontrava por confirmar a sua origem, nomeadamente, transferências de terceiros para contas do município sem identificação do seu depositante e da natureza económica da respetiva receita;
  - d) Pequenas diferenças entre o valor inscrito no cheque e o montante constante na respetiva ordem de pagamento (1,02€ para menos e 26,40€ para mais) situação que deve ser regularizada.
- ✓ Em termos de previsões foram respeitados os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação.
  - ✓ Quanto à sua execução os reembolsos e restituições do exercício não foram objeto de reflexo no mapa do controlo orçamental da receita. Este erro sobreavalia a receita líquida em 3 484,77€, situação que deverá ser tida em conta para efeitos do cálculo correto a efetuar nos termos do artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.
  - ✓ A receita corrente excedeu em 1,1 milhões de euros, a despesa de capital, situação que em condições normais, evidenciaria, a existência de equilíbrio orçamental. Contudo, dada a situação de desequilíbrio estrutural que obrigou o Município a recorrer ao FAM, constata-se que o Município viola o princípio do equilíbrio corrente, já que, por um lado, a redução da dívida obriga a pagar no exercício um volume considerável de despesa corrente, efetivamente ocorrida noutros exercícios e, por outro, a excessiva dimensão da dívida bancária induz a uma amortização média dos empréstimos relativamente elevada. Esta situação só tendera para o cumprimento, com a regularização da dívida corrente, por intermédio da assistência financeira do FAM.

Receita corrente bruta	7 748 388,68
Reembolsos e restituições	3 484,77
Receita corrente líquida	7 744 903,91
Despesa corrente	6 583 395,70
Saldo corrente	1 161 508,21

- ✓ Mantiveram-se os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação desenvolvidas nos exercícios anteriores, sendo assim possível proceder a uma análise consistente da evolução registada.
- ✓ O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.
- ✓ Para além do já referido saldo da conta 44# encontram-se igualmente registados no património alguns bens cujo montante e classificação não se encontra refletido nas contas, aguardando-se a regularização do seu processo administrativo.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### **1.7 - Outra informação considerada relevante**

- ✓ Na introdução foi apresentado sumariamente o processo de incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro.

## **2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados**

### **2.1 – Derrogações**

- ✓ Não se registou qualquer derrogação verificando-se consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e a demonstração de resultados à situação real do activo, do passivo e dos resultados da CMM.

### **2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

- ✓ Nada a assinalar

### **8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados**

- ✓ Os acréscimos patrimoniais foram integralmente valorizados no caso de aquisição pelo critério do custo de aquisição, tendo por base o respetivo documento de aquisição.
- ✓ Dos bens do imobilizado em curso foram transferidos para o imobilizado firme o referente ao complexo desportivo da zona envolvente às piscinas de Alandroal, bombeiros- arranjos exteriores do quartel, saneamento- remodelação de infraestruturas da vila de Juromenha, alargamento e reparação do CM 1109 entre Rosário e Ferreira de Capelins, remodelação de infra-est. E pav./ Arruamentos da Rua dos Telheiros, beneficiação do troço da ligação da ER 373 Juromenha, requalificação urbanística nas aldeias, conservação e reparação da Escola de Montejustos, auditório municipal/fórum transfronteiriço, centro educativo de Pias e construção da creche em Santiago Maior.
- ✓ Os bens patrimoniais produzidos por administração direta não foram valorizados pelo que o balanço não reflete esses valores, nem a demonstração de resultados reflete os materiais,

mão-de-obra e máquinas utilizados em atividades que deveriam ser apurados em Rendimentos para a Própria Entidade e contabilizados na conta 75.

- ✓ Os mapas de amortizações discriminam adequadamente os bens, taxas e valores registados no exercício.

#### 2.4 – Cotações de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

- ✓ Não se aplica;

#### 2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

- ✓ Por amortizações do ativo imobilizado superiores às de exercícios anteriores, conforme já referido, mas inferiores às adequadas por força dos bens que se mantêm em curso, ou sem valor refletido no património.
- ✓ Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo – não se aplica

#### 2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

- ✓ A conta 431 e 432 apresenta saldo 479 134,97€, constatando-se que existem bens, integralmente amortizados que permanecem no inventário.

#### 2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

- ✓ Os quadros de ativo bruto e de amortizações fazem parte do presente documento, cujo resumo é o seguinte:

Quadro do Ativo Bruto

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO /AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41.	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	570.868,91			75.590,65		495.278,26
42.	IMOBILIZAÇÕES CORPORIAS	8.969.217,58		2.463.205,93	149.639,36		11.282.784,15
43.	IMOBILIZAÇÕES INCORPORIAS	276.746,15		208.246,00	5.857,18		479.134,97
44.	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	26.610.800,58		1.116.532,93		3.477.941,31	24.249.392,20
45.	BENS DE DOMINIO PUBLICO	31.662.597,29		1.043.490,91			32.706.088,20
						Total Geral	69.212.677,78

- ✓ Encontram-se por regularizar cerca de 26 milhões de euros que se encontram indevidamente em imobilizações em curso quando, de facto, deveriam ter passado para imobilizado firme na data da sua conclusão. Trata-se de obras inscritas na conta de imobilizações em curso, algumas delas desde o início do POCAL e outras com vários anos, em atividade. Acresce que, parte destes bens foi cofinanciada, não se encontrando igualmente processado o reconhecimento do respetivo proveito. Trata-se de uma situação que acontece distorcendo os resultados.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

O valor de aumento do ativo bruto, cerca de 1.429 mil euros valor que corresponde, sensivelmente, ao incremento, registado nas amortizações (cerca de 1.5 milhões de euros). Em termos reais, contudo, esta relação será menor dado que as amortizações se encontram subavaliadas.

## 2.8 - Descrição do ativo imobilizado. Amortizações do exercício e acumuladas:

- ✓ Não foram adquiridos bens em estado de uso.
- ✓ O valor total das amortizações acumuladas encontra-se influenciado no seu valor pelos motivos já expostos.

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48.1	de investimentos em imóveis				
48.2	de imobilizações corpóreas	4.229.097,78	261.447,42		4.490.545,20
48.3	de imobilizações incorpóreas	184.148,56	115.626,45	5.857,18	293.917,83
48.5	de bens de domínio público	24.445.928,81	1.128.582,54		25.574.511,35
49.	provisões para investimentos financeiros				
				Total Geral	30.358.974,38

## 2.9 - Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

- ✓ O município transitou para 2015 com dois empréstimo de curto prazo no montante de 570 mil euros que, conforme explicado na parte inicial deste relatório, não foram amortizados no exercício de 2015. No quadro do PAMA, estes empréstimos foram renegociados, para médio e longo prazo. Contudo, pelas razões já explicadas o processo do FAM, mantém-se por concluir. O mesmo aconteceu com o empréstimo do saneamento financeiro, contraído junto do BPI e, cujo incumprimento, se mantém, aguardando-se o desfecho do processo do FAM.
- ✓ Não foram capitalizados os juros suportados.
- ✓ O montante de juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo foi de 198.753,97€. A este valor acrescem 26.123,66€ de juros relativos a empréstimos de curto prazo.

## 2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

- ✓ Não aplicável.

## 2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, do tipo seguinte:

- ✓ Não aplicável
- ✓ **2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas,**

- ✓ Os valores das imobilizações em curso, bem como das transferências para imobilizado firme encontram-se discriminados nos respetivos mapas que fazem parte da conta e do relatório
- ✓ As imobilizações reversíveis em concessão às ALVT não se encontram registadas na conta 41 mas, sim, nas contas 45 e 42.

**2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.**

- ✓ Durante o exercício de 2015 não foram adquiridos novos bens em regime de leasing.

**2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

- ✓ Dados não disponíveis.

**2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.**

- ✓ Apenas os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico, não estão amortizados.

**2.16 – Entidades participadas – os respetivos dados deste ponto fazem parte do presente documento;**

Foi abatida a participação nas ACA e registada a participação nas ALVT. A participação das ALVT foi ajustada pelo MEP. A participação na EDC, registada pelo valor de 68 mil euros, encontra-se sobrevalorizada em 44 mil euros, faltando ainda registar a provisão, face aos valores dos capitais próprios negativos da entidade.

**2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»**

- ✓ O município não detém títulos desta natureza.

**2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

Não existem.

**2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

- ✓ Não existem.

**2.20 – Atribuição de valor inferior – Ativo circulante**

- ✓ Não existem.

**2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

- ✓ Não existem.

**2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.**

- ✓ As provisões para cobrança duvidosa estão constituídas de acordo com as normas do POCAL.
- ✓ A ligação da aplicação de águas à contabilidade melhorou o reporte relativo ao valor em dívida passando a não existirem divergências entre aplicações.

**2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.**

- ✓ Não existem.

**2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.**

- ✓ Não existem.

**2.25 – Dívidas ao Estado em situação de mora**

Não existem dívidas em mora ao Estado

**2.26 – Garantias e cauções prestadas**

- ✓ Encontram-se discriminadas no mapa de contas de ordem, contas da classe 0. Existem contudo valores que se encontram nas contas de terceiros – Operações de Tesouraria – sendo necessário proceder à sua plena inclusão em contas de ordem.

**2.27 – Provisões acumuladas**

- ✓ Relativamente a contingências por ações movidas contra a Câmara existem as adequadas provisões constituídas em balanço. No entanto, é necessário ter presente que de acordo com as atuais normas de reporte ao SIIAL esses valores, embora constituam valores do passivo, não se refletem no cálculo do endividamento.
- ✓ Para além das contingências existem débitos reconhecidos pelo município que foram objeto de cobrança por via judicial.

**2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.**

**2.29 – Custo de mercadorias e de matérias-primas**

O CMVMPC ascendeu a 202 mil euros, valor que não reflete o valor de aquisição de água em alta que se encontra erradamente registada em contas da 62.

**2.30 – Demonstrações das variações de produção**

✓ Não existem;

**2.31 – Demonstração dos resultados financeiros**

Em 2014 o custo com os juros suportados ultrapassaram 1,07 milhões de euros, já que, nesse exercício se contabilizaram juros decorrentes, quer de sentenças, quer dos emitidos por varios credores.

Em 2015 o custo com juros suportados baixou para 460 mil euros, sendo apenas pagos, 394 mil euros, dos quais 225 mil relativos a empréstimos.

Do lado dos proveitos encontra-se registado o rendimento de propriedade, obtido pela concessao da EDP.

**2.32 – Demonstração de resultados extraordinários**

Os resultados extraordinários encontram-se fortemente influenciados pelo registo de 578 mil euros em proveitos extraordinários, relativos a correções de exercício anteriores. Dada a relevância, este valor, deveria ter sido registado na conta 59, de modo a não influenciar a DR do exercício.

O valor de 96 mil euros registado na conta 7983, corresponde à especialização parcial da conta 274.

De igual modo, a conta 697, com uma imputação de 363 mil euros, relativa a regularizações de exercícios anteriores, fundamentalmente devidas, ao registo em duplicação da faturação de água, decorrente da ligação da aplicação do POCAL à aplicação Aguas (anteriormente os valores eram lançados diretamente, o que obrigou à sua anulação), deveria ter sido imputado diretamente à conta 59, de forma a não influenciar os resultados do exercício.

Relevam as transferências de capital com 97 mil euros mantendo-se, no essencial, o valor de 2014.

### 3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

#### 3.1 Orçamento

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
Rubrica 01-Impostos Diretos	622 632,40	767 852,96	115,80%	138,00%
Imposto Municipal sobre imoveis (IMI)	423 330,76	563 195,48	124,30%	161,70%
Imposto Único de circulação	92 039,46	89 624,71	115,40%	98,50%
Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imoveis (IMT)	76 766,48	87 394,50	82,00%	99,60%
DERRAMA	30 495,70	27 638,27	127,70%	93,80%

Os principais impostos (IMI obteve uma receita acima da prevista enquanto que os outros impostos alcançaram níveis de receita muito próximas das estimadas, permitindo que no conjunto a receita dos impostos diretos ultrapassasse em 38% a previsão para esta rubrica

Composição	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
09. Venda de bens de investimento	4 545,30	19 018,77	0,2	354,9
10. Transferências de capital	1 082 795,05	1 058 008,47	28,6	46
11. Activos financeiros			0	
12. Passivos financeiros	570 000,00		285000	
13. Outras receitas de capital	100,00		0	
total	1 657 440,35	1 077 027,24		

A rubrica que conheceu maior desvio relativamente ao previsto corresponde Às transferências de capital, não pela incapacidade do município concluir os investimentos que transitaram, ou que se iniciaram, mas sim porque as arrecadação da receita não se concretizou, com especial relevo para o quartel da GNR, transitando as mesmas para 2016

- ✓ O orçamento da receita apresenta uma execução de 44,30%.
- ✓ A baixa taxa de execução do orçamento tem a sua origem na necessidade de “estimar” receitas suficientes para dar cobertura aos compromissos assumidos e não pagos.
- ✓ A receita corrente corresponde a 57,10% da receita total.
- ✓ A receita corrente apresenta um crescimento de 140 mil de euros relativamente a 2014. Este crescimento, quase 4,2%. Os impostos diretos apresentam um crescimento de 22,2% relativamente a 2014, aumento que se deve em particular À alteração da taxa de IMI, que por imposição do processo de saneamento financeiro, se passou a situar no seu nível máximo.
- ✓ A receita arrecadada na venda de bens e serviços registou um valor superior ao registado em 2014.
- ✓ A receita de capital regista uma quebra de 2,4% relativamente a 2014. Segue-se um conjunto de quadros que detalham a receita bem com a sua evolução entre 2014 e 2015.

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
<b>Rubrica 06 -Transferências correntes</b>	<b>5.764.450,63</b>	<b>5.796.404,14</b>	<b>97,90%</b>	<b>96,20%</b>
Sociedades quase-sociedades não financeiras				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.818.644,06	4.826.281,00	104,30%	100%
Fundo Social Municipal	78.973,00	101.565,00	100%	100%
Participação variável no IRS	68.658,00	102.068,00	100%	100%
Transportes escolares	20.702,00	1.890,00	91,60%	8,40%
DGAI - Direcção Geral Administração Interna	5.790,96	4.399,48	96,70%	99,60%
Instituto de Emprego	247.444,88	210.443,50	70,50%	107,20%
DGESTE	107.156,26	76.849,16	98,80%	60,80%
Outros	17.640,87	16.820,72	78%	71,20%
Ministério da Educação Delegação de competências	374.606,48	386.023,53	103,10%	105,70%
Inalentejo		25.131,25		20,50%
PRODER	3.139,70	7.459,08	67,80%	4526,10%
POPH	21.694,42	24.732,61	24,60%	31,10%
POCTEP		12.740,81		38,20%
Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
<b>Rubrica 01-Impostos Diretos</b>	<b>622.632,40</b>	<b>767.852,96</b>	<b>115,80%</b>	<b>138%</b>
Imposto Municipal sobre imoveis (IMI)	423.330,76	563.195,48	134,30%	161,70%
Imposto Único de circulação	92.039,46	89.624,71	115,40%	98,50%
Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imoveis (IMT)	76.766,48	87.394,50	82%	99,60%
DERRAMA	30.495,70	27.638,27	127,70%	93,80%

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
<b>Rubrica 07 -Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>752.142,46</b>	<b>849.563,07</b>	<b>46,70%</b>	<b>87,30%</b>
<i>Venda de bens</i>	<b>276.963,39</b>	<b>306.588,56</b>	<b>29,50%</b>	<b>95,70%</b>
Produtos alimentares e bebid	32.989,42	29.589,62		
Água	234.064,27	275.615,23		
Outros	9.909,70			
Venda de publicações	3.269,70	1.383,71		
outros	6.640,00			
<i>Serviços</i>	<b>452.160,08</b>	<b>518.948,47</b>	<b>87,20%</b>	<b>103,10%</b>
<i>Serviços específicos das auto</i>	<b>436.955,91</b>	<b>496.133,16</b>		
Saneamento	116.229,15	141.764,59		
Resíduos sólidos	117.229,21	133.559,48		
Transportes escolares	31.240,34	32.672,71		
Transportes por conta de particulares				
Cemitérios	1.217,99	5.473,76		
Mercados e Feiras		63,00		
Contratos de Água	3.159,19	2.250,69		
Outros	167.351,61	180.348,93		
outros	114,23	87,52		
<i>Rendas</i>	<b>23.018,99</b>	<b>24.026,04</b>	<b>15,10%</b>	<b>16,00%</b>
Habitação	1.934,03	1.756,83		
Edifícios	9.085,60	10.268,60		
Outras				
Rendas de Terrenos	11.999,36	12.000,61		

O total da venda de bens e serviços aumentou significativamente em relação a 2014

Rubrica/Sub-Rubrica	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
Rubrica 10-Transferencias de capital	987.209,35	1.058.008,47	28,60%	46%
Administração central-Estado	987.209,35	1.058.008,47	28,60%	46%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	713.066,29	536.253,00	138,90%	100%
Contratos de programa	61.674,05	55.140,17	14,50%	5514017%
Outros	10.000,00			%
Estado- participação comunitaria em projectos	202.469,01	466.615,30	8,10%	30,50%
INALENTEJO	168.288,52	290.019,78	8,50%	28,60%
POVT				
PRODER	34.180,49	176.595,52	17,40%	97,80%
Outros				

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

As transferências de fundos comunitários registaram um aumento de 22,40%.

### Do lado da despesa

Composição	Despesas Correntes							
	Ano 2013		Ano 2014			Ano 2015		
	Dotação	Execução	Dotação	Execução	% Execução	Dotação	Execução	EXECUÇÃO %
01. Despesas com o pessoal	3 920 254,09	785 890,66	3 948 767,22	3 359 984,45	85,09	3 930 809,47	3 056 689,57	77,76
02. Aquisição de bens e serviços	6 691 901,51	2 802 773,10	7 172 442,17	2 045 775,17	28,52	6 459 339,04	2 463 892,21	38,14
03. Juros e outros encargos	1 277 500,77	696 671,35	1 554 613,35	617 333,11	39,71	1 454 379,89	393 583,48	27,06
04. Transferências correntes	785 890,66	415 605,45	1 389 494,57	695 447,95	50,05	1 819 415,67	623 681,75	34,28
05 Subsídios	2	0	2	0	0	2	0	0
06. Outras despesas correntes	311 363,93	75 341,14	468 522,31	73 625,93	15,71	276 389,49	45 548,69	16,48
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>12 996 912,96</b>	<b>7 701 975,49</b>	<b>14 533 841,62</b>	<b>6 792 166,61</b>	<b>46,73</b>	<b>13940 335,56</b>	<b>6 583 395,70</b>	<b>47,23</b>

A análise da despesa não pode ser feita de modo direto já que a sua variação, pode apenas significar a capacidade de pagamento de dívida transistada, como se verifica em espacial no comportamento da aquisição de bens e serviços. Já as despesas com pessoal, apresentarem uma redução absoluta apontam claramente para o resultado de políticas de contenção imposta quer pelo quadro legislativo geral, quer pela situação particular do município.

Composição	Despesa de Capital						
	Ano 2013		Ano 2014		Ano 2015		
	Dotação	Execução	Dotação	Execução	Dotação	Execução	Execução
07. Aquisição de bens de capital	7 223 662,39	1 199 186,44	6 550 295,34	1 192 622,41	5 257 974,66	1 937 604,70	36,85
08. Transferências de capital	715 515,39	116 166,25	433 719,65	104 061,97	252 690,37	23 688,58	9,37
09. Activos financeiros					61 030,00	61 030,00	100
10. Passivos financeiros	1 125 150,85	582 022,32	1 605 296,67	874 474,21	1 037 881,36	304 607,24	24,35
11. Outras despesas de capital	3 250,01	543,57	12 521,00	2 520,00	225 802,60	187 559,36	83,06
<b>Total das despesas capital</b>	<b>9 067 578,64</b>	<b>1 897 918,58</b>	<b>8 601 832,66</b>	<b>2 174 178,59</b>	<b>6 835 379,49</b>	<b>2 514 489,88</b>	<b>36,79</b>

O peso da despesa corrente no total da despesa ultrapassa os 72,01%. E se considerarmos apenas a despesa efetiva (retirando o valor de amortização de empréstimos essa relação ultrapassa os 84%).

As variações da despesa estão influenciadas pelo pagamento de dívida de anos anteriores, neste exercício, influenciada pelo mecanismo do FRM. Esta situação impede que se proceda a uma adequada apreciação da evolução da despesa, já que a informação presente é insuficiente para perceber qual a evolução da despesa “nova”.

Segue-se o conjunto de quadros que apresentam o detalhe da despesa.

Despesas com o Pessoal			
	2013	2014	2015
Remuneração titulares órgãos soberania	102 856,78	104 174,43	98 963,41
Remuneração pessoal dos quadros	1 720 482,53	1 694 009,61	1 647 641,38
Pessoal contratado a termo	140 585,57	95 335,57	10 410,72
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0		
Pessoal Aguardando aposentação			2 436,23
Pessoal em qualquer outra Situação	364 275,43		
Subsídio de refeição	185 275,30	176 607,20	161 758,58
Subsídio de Férias e Natal	330 208,45	343 093,15	305 992,01
Remunerações por doença			4 006,00
Horas extraordinárias	117 924,22	107 465,15	85 925,86
Ajudas de custo	50 502,41	40 760,24	30 359,15
Abono para falhas	9 809,03	9 582,48	11 855,62
Subsídio de turno	14 419,82	11 228,25	12 547,76
Indemnizações por cessação de funções		18 549,12	642,72
Outros Suplementos	21 185,95	12 152,08	28 252,44
Encargos com a saúde	47 949,31	52 913,41	63 301,19
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	7 180,34	10 420,47	10 669,38
Assistência na doença dos funcionários públicos	33 639,88	81 105,67	50 977,75
Segurança Social dos Funcionários	262 531,17	285 811,99	278 732,54
Segurança Social Reg.Geral	302 757,69	316 775,63	252 216,83
Seguros	0		
<b>TOTAL</b>	<b>3 711 583,88</b>	<b>3 359 984,45</b>	<b>3 056 689,57</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

3.1 PP e AMR						
Rubricas	Orçamentado (Previsto no ano 2014)	Executado no ano 2014	Grau de Execução 2014	Orçamentado (Previsto no ano 2015)	Executado no ano 2015	Grau de Execução 2015
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>121 361,32</b>	<b>58 564,33</b>	<b>48,26</b>	<b>148 243,14</b>	<b>61 783,08</b>	<b>41,68</b>
SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	55 779,00	23 310,43	41,79	49 920,64	10 241,66	20,52
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	65 582,32	35 253,90	53,76	98 322,50	51 541,42	52,42
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4 873 981,96</b>	<b>1 280 245,23</b>	<b>26,27</b>	<b>3 520 217,54</b>	<b>87 293,74</b>	<b>30,89</b>
EDUCAÇÃO	1 531 802,70	549 224,68	35,85	973 105,32	111 961,89	32,06
ENSINO NÃO SUPERIOR	1 147 516,31	284 560,71	24,8	626 170,06	87 263,18	13,94
SAÚDE	213 281,00	0	0	75 946,14	1 000,00	1,32
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	213 281,00	0	0	75 946,14	1 000,00	1,32
SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	438 606,50	185 342,70	42,26	409 296,73	43 057,27	34,95
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	1 294 722,40	340 440,46	26,29	1 084 513,55	89 064,65	45,1
HABITAÇÃO	306 165,00	185 699,92	60,65	138 439,41	65 533,47	47,34
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	113 366,00	13 801,63	12,17	121 017,77	12 150,00	10,04
SANEAMENTO	112 467,00	4 330,32	3,85	146 606,09	36 049,39	24,59
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	567 107,66	40 703,08	7,18	548 528,49	19 059,52	58,17
RESÍDUOS SÓLIDOS	24 795,40	0	0	38 794,40	7 234,27	18,65
PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONS. NATUREZA	170 821,74	95 905,51	56,14	91 127,39	49 038,00	53,81
SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1 395 569,36	205 237,39	14,71	977 355,80	42 209,93	14,55
CULTURA	894 263,36	74 628,07	8,35	607 822,30	40 018,89	6,58
DESPORTO, RECREIO E LAZER	332 478,00	80 929,38	24,34	231 031,90	71 404,51	30,91
OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	168 828,00	49 679,94	29,43	138 501,60	30 786,53	22,23
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>2 120 879,57</b>	<b>484 140,94</b>	<b>22,83</b>	<b>2 061 420,31</b>	<b>38 693,48</b>	<b>55,24</b>
INDÚSTRIA E ENERGIA	590 347,35	180 022,58	30,49	457 087,28	14 069,66	68,71
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1 317 067,22	188 018,69	14,28	1 249 782,90	807 975,52	64,65
TRANSPORTES FLUVIAIS						
COMÉRCIO E TURISMO	77 952,00	4 709,88	6,04	313 122,00	147,6	0,05
MERCADOS E FEIRAS						
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	135 513,00	111 389,79	82,2	41 428,13	16 500,70	39,83
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1 454 354,33</b>	<b>255 043,04</b>	<b>17,54</b>	<b>1 825 878,76</b>	<b>47 113,94</b>	<b>29,96</b>
<b>ESFORÇO TOTAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>8 570 577,18</b>	<b>2 077 993,54</b>	<b>24,25</b>	<b>7 555 759,75</b>	<b>34 884,24</b>	<b>37,52</b>

- ✓ O valor inicial do PPI foi de 5.800 milhões de euros foi corrigido para 5.797 milhões de euros. Durante o exercício foram aprovadas 21 alterações e 1 revisão ao PPI, apresentando uma execução em termos de despesa 2.209.882,64€ milhões de euros.
- ✓ O valor inicial do PAM foi de 1.722 milhões. Durante o exercício foram aprovadas 19 alterações e situando-se o valor final em 1.758 milhões de euros, dos quais foram executados 625.001,60 mil de euros.
- ✓ Os níveis de execução do orçamento e das grandes opções, mais do que evidenciarem o nível efetivo de realização, quase que se limitam a refletir a capacidade efetiva de pagamento e o grau de compromissos que continuam a transitar por falta de liquidação.

### 3.3 – Contratação Administrativa

- ✓ O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento;

### 3.4 – Transferências e subsídios

- ✓ O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento.
- ✓ As transferências correntes apresentam um valor de 623 mil euros e as transferências de capital, 23 mil euros.

### 3.5 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

- ✓ Não existem;

### 3.6 Dívidas de Terceiros

O processo de ligação da aplicação de águas à contabilidade permitiu melhorar a informação sobre a qualidade da dívida de terceiros, situação que conduziu ao incremento da conta de cobrança duvidosa de 209 mil euros para 412 mil euros, situação que induziu ao reforço das provisões em 277 mil euros. Ainda assim a conta não reflete plenamente o valor em cobrança duvidosa na medida em que parte do valor ainda constante na conta 213#, clientes, contribuintes e utentes, dado se encontrar ultrapassou o seu prazo de vencimento deveria ter sido transferida para cobrança duvidosa.

Por força das deliberações dos órgãos da CIMAC foi reconhecida a dívida de 61 mil euros a receber pelo município, em resultado do sistema de compensação das Estações de Transferência entre o período de 2006 e 2013.

### 3.7 – Endividamento

O município do Alandroal encontra-se numa situação de rutura financeira que teve início há uma década, com tendência para o seu agravamento até 2013 e evidenciando ainda crescimento por força do registo, em 2014, da dívida até então “escondida”.

É em 2015 com a aplicação de medidas associadas ao processo do FAM que a dívida entra uma fase descendente tal como referido na abertura deste relatório, pelo que dispensamos a repetição do reporte

### 3.8 – Pagamentos em Atraso

- ✓ A publicação da Lei 8/2012, veio impor novas regras quanto à assunção de compromissos que passaram a ter por base o cálculo de fundos disponíveis previsíveis para um período temporal de 90 dias, ficando as regras do seu cálculo sujeitas à existência e evolução dos pagamentos em atraso.
- ✓ O artigo 65º da LOE 2012 definiu regras quanto aos montantes de redução dos pagamentos em atraso a que cada município estava sujeito.
- ✓ O quadro seguinte evidencia o valor das contas a pagar e dos pagamentos em atraso

	Passivo	Contas a Pagar	Pagamentos em Atraso
Pagamentos em atraso			
Setembro 2013	6 943 150,79	6 943 150,79	5 839 563,42 €
Dezembro 2013	6 855 561,49	6 855 561,49	5 753 531,46€
Setembro 2014	7.854.601,01	7.854.601,01	4.150.458,91€
Dezembro 2014	8 051 399,04	8 051 399,04	3.817.187,51€
Dezembro 2015	7.469.163,18	7.469.163,18	774.787,42€

A redução significativa resulta, primeiro lugar, da definição de novas datas de pagamento por força da elaboração do PAMA, e, em segundo, por força da sua própria redução, com um esforço de pagamento da nova dívida.

- ✓ Da dívida a terceiros realçamos apenas a dívida, que ainda totaliza cerca de 597 mil euros, de fundos comunitários a devolver por incumprimentos contratuais, ocorridos até 2013, relativos a diversos investimentos co-financiados. Embora sobre esta dívida tenha acordo de pagamentos em 36 meses e esta se encontre incluída no plano do FAM, a mesma tem vindo a ser amortizada apesar do FAM não se ter concluído em termos de eficácia.
- ✓ O mapa que se segue, com base no ano de 2015, apresenta alguns exemplos dos valores pagos relativamente ao plano de pagamentos em atraso, que o município cumpriu no decorrer do ano.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'P' and other illegible marks.

Fornecedor	Valores pagos em 2015
Aguas do Centro Alentejo	345 900,15
Sulcate Peças	10 817,45
Project4you	12 926,64
Pirotecnia Oleirense	3 896,44
Simopeças	782,77 €
Aquino	40 218,24
J. C. Bartolomeu	10 688,52
Casur	39 708,48
Sotkon	15 432,44
Confortubo	3 871,92
Elevatrans	7 042,46
Protecnil	299,29 €
União de Freguesias	15 910,00
Freguesia de Terena	18 000,00
Freguesia de Capelins	17 815,92
Freguesia de Santiago Maior	18 000,00 €
Senpa	17 954,99
Senpapor	97 770,68
Finanfarma	105 226,82
A Comercial	19 851,74
Inovazul	7 855,98
ANMP	6 536,00
Aquipelago	19 966,70
Ângelo Couto	3 416,05
Centro Cultural Alandroal	7 048,00
Ecoambiente	2 061,60
Neofalco	24 845,18
Nobreguedes	3 000,00
N. F. Arquitectos	14 129,00
Agência de Desenvolvimento e Coesão	207 930,00
Cooperativa Agrícola de Alandroal	11 200,00
Tyssenkrupp elevadores	11 794,59
Autosueco	21 235,94
Arlimoz	4 169,13
Agrocinco	128 302,02
Certoma	31 496,28
Medidata	30 646,32
Construções Alto de Santiago	44 199,20
Lar e Centro de Dia para Idosos "O cantinho Amigo"	1 328,22
SPL	1 457,70
Proengel	8 625,39
Santa Casa da Misericórdia de Alandroal	3 126,93
Associação de Caça e Pesca da Aldeia da Venda	2 499,99
Retiros Misticos	502,26 €
Joproductos	4 988,49
Petroleos de Portugal	2 677,65
Colibri	2 500,00
Cimac	23 976,60
ADSE	37 469,97
Camara Municipal de Redondo	4 575,73
Cooperativa Agrícola de Santiago Maior	2 552,68
SIQ	7 467,22
AMDE	1 318,09

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'M. J. ...' and other smaller initials.

Associação para Gestão e Distribuição de Direitos	481,82 €
Sociedade Portuguesa autores	3 969,96
Ass. Bandera Azul da Europa	320,00 €
Cabena	1 338,74
2045	6 264,00
Condop	61 732,00
Resopre	4 819,36
Teles e Filhos	246,60 €
Lena Construções Atlântico	11 070,00
Popular Factoring	128 813,18
Thyssenkrupp Acessibilidades	206,54 €
Universidade de Evora	1 936,73
Lena Agregados	2 103,27
Jose Maria Branquinho Louro	3 846,67
Caixa Leasing e Factoring	54 824,97 €
Antonio Brito Paes	2 400,00
Imprensa Municipalista	7 440,48
Vidromor	446,24 €
Tertúlia do Grupo Forcados Amadores de Cuba	400,00 €
ARH – Administração da Região Hidrográfica Alentejo	7 619,07
ARP - Publicidade	14 766,00
Desafio Sul	560,00 €
João Alberto Mateus	201,34 €
Casa do Alentejo	847,00 €
Total/mês	1 803 667,74

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

✓ Importa finalmente analisar e prestar a informação sobre a evolução dos Fundos Disponíveis.

Mantém-se o quadro negativo dos fundos disponíveis conforme quadro seguinte:

Fundos Disponíveis 2015 (valores iniciais)	
Janeiro	1 391 541,75
Fevereiro	-5 613 924,14
Março	-4 924 165,91
Abril	-4 874 007,85
Maio	-5 282 249,42
Junho	-5 072 903,90
Julho	-5 066 142,22
Agosto	-4 992 685,20
Setembro	-5 021 488,89
Outubro	-5 558 989,61
Novembro	-2 289 643,05
Dezembro	-2 666 825,83

#### 4 - Aplicação de Resultados

✓ De acordo com o estabelecido no POCAL propõe-se que o resultado do exercício no montante de 179.047,49 € seja aplicado em 5% para reservas legais e o restante para resultados transitados.

Alandroal

Alandroal 22 de abril de 2016